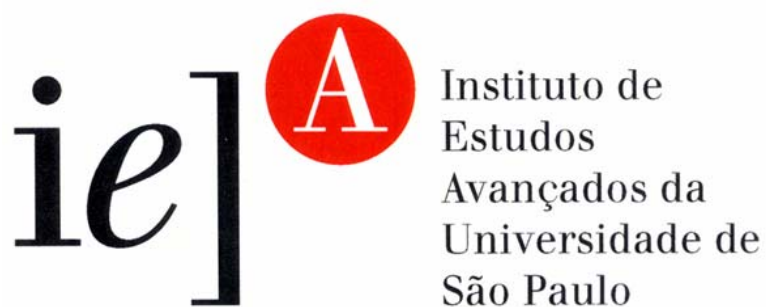


O Brasil e a Área Econômica Chinesa

Arnaldo Carrilho



Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA/USP.

O Brasil e a Área Econômica Chinesa*

Arnaldo Carrilho**

"Qual a situação de um país de estrutura capitalista dependente, onde a revolução nacional democrático-burguesa não conseguiu processar-se, que entrou na industrialização com restos de estruturas oligárquicas?... as opções poderiam ser outras... mais aderentes às necessidades reais do país (mesmo se pobres, bem mais pobres que as opções culturais da China...). O Brasil tinha chegado num bívio. Escolheu a finesse".

Como nota prévia, quero pedir licença para ressaltar que dedico a presente dissertação à cineasta Keltum Alaoui Carrilho, minha mulher, e aos embaixadores Miguel Ozório de Almeida e Geraldo Holanda Cavalcanti. A primeira, pela capacidade de suportar, com rigoroso estoicismo, minha devoção ao trabalho e fazer do meu o seu entusiasmo. Aos dois notáveis diplomatas, que por sinal me antecederam na chefia de uma Repartição estratégica, lá se vai mais que um quarto de século, pela inspiração de seu exemplo em meu quotidiano.

China, Chinas, Ásia, Extremo-Oriente - são matérias e referências que aguçam controvérsias, fecundam a imaginação, levam ao sonho, aos impulsos de exotismo, artigos, ensaios, livros e também a imprecisões excessivas e até impasses conceituais. A percepção ocidental, fundada em raciocínio analítico, esbarra com frequência no pragmatismo seletivo da mente chinesa, armada sobre camadas de sínteses. Costumo simplificar esse contraste – gerador de incompreensões e rejeições perigosas – com o exemplo de nossos ouvidos defeituosos em relação aos semitons da música chinesa tradicional, matriz melódica da japonesa, coreana, vietnamita e as de outros povos da Ásia Oriental. Esse limite de acuidade em muito assemelha-se aos dos entendimentos culturais, políticos e sociais que o Ocidente, criador da razão dominadora, dispensa ao mundo sínico.

Evidente que não tenho qualquer pretensão de ensinar ou definir o que é a China, inclusive porque a maioria das mulheres e dos homens aqui presentes ameaham informações de peso a respeito, talvez mais que eu. Em meus 35 anos de formação profissional e carreira, creio ter aprendido que o pior inimigo dos diplomatas é a

* Texto referente à palestra proferida no IEA no dia 25 de abril de 1995.

** Cônsul geral do Brasil em Hong Kong.

estereotípias, o preconceito. Distancia-nos das sociedades em que vivemos no exterior, levando-nos, em consequência, a mal representar a de nossas origens. Provoca-nos efeitos daninhos também no *approach* profissional, pois desmonta o triângulo da representação-informação-negociação e leva-nos não ao ver-antes, próprio da atividade, mas ao ver-mais e demais, que a negam.

Se é verdade que, segundo Spinoza, *determinatio est negatio*, embarco em quatro negações, a saber: não sou sinólogo nem creio que o esmerar-se no desenho de 4.000 ideogramas do dialeto original de Pequim, o putonguá, a língua dos mandarins, confira-nos sapiência absoluta sobre temas chineses; não me impressionam os critérios eventualísticos, em sentido não-braudeliano, de apreensão da história; não pertencço ao grupo dos que não se fartam de procurar contradições na China ou aderem à teoria dos arcanos; e não concordo com esse ocidentalismo aparentemente natural das elites brasileiras, pelo simples fato de não considerar nossa gente um modelo de ocidentalidade, ainda bem.

Vou tentar, por conseguinte, expor o que me parece mais adequado a situar a China em seu contexto geopolítico, onde ela se tornou, a partir do final da década dos 70, o motor do processo de desenvolvimento sócio-econômico mais orgânico e veloz dos últimos 30 anos, ou seja, o da Ásia Oriental. Falar da China é uma temeridade, porque os verdadeiros 40 séculos da retórica napoleônica diante das Pirâmides não eram do Egito propriamente, mas da Nação do Meio. Não foi só a bússola e pólvora que ela nos transmitiu: a astronomia, a impressão de imagens e tipos, a metalurgia, o papel-moeda e o sistema decimal foram também frutos da sua civilização. Antes dos gregos, bem antes deles, o teorema pitagórico já fora desvendado pelos chineses. Trata-se apenas de curiosidades, migalhas de conhecimentos gerais. Nos cursos secundários que já tivemos, nos tempos da escola risonha e franca, adquiriríamos noções tais com os mestres de antanho.

Tenho de fazer um apelo preliminar, antes de adentrar-me na fenomenologia chinesa. Estou certo de não cometer nenhum exagero se deixo registrado que ela resulta de um processo de crescimento regional, o do Ásia do Pacífico, de rapidez e espectro sem paralelo na história moderna e contemporânea. A Revolução Industrial na Grã-Bretanha do século XIX, o desempenho da Alemanha bismarckiana, a ascensão dos EUA neste século e a reconstrução e autopropulsão nipônica no pós-'45 parecem-me etapas de valências menos intensas que as das malhas que se teceram na Ásia Oriental. O seu deslocamento no planeta corresponde ao da inclinação dos eixos transatlânticos, cada vez mais adernados. A emergência da China em '78 transformou vigorosamente a natureza das relações entre os

protagonistas da região e o resto do mundo. A China, em menos de quinze anos, já era, em '92, o dínamo do processo, aumentando-lhe a velocidade.

Suas taxas de crescimento, no período, tornaram-na única, inigualada pelo Japão e Brasil, até recentemente apontados como casos extremos neste século. Se, faz menos de três anos, o mundo ocidental surpreendeu-se com a revelação do estágio de desenvolvimento da superpotência soviética, com seus bolsões urbanos e rurais francamente pré-capitalistas, não logrou por outro lado digerir a fenomenologia chinesa, realçada no pós-bipolarismo. Recorde-se que, no início da vigília dos estudantes em Tiananmen, Mikhail Gorbatchévi encontrava-se em Pequim, ocasião em que deduziu erroneamente que seus anfitriões não poderiam executar uma *perestroika* sem *glasnost*. Se o dirigente soviético tivesse nascido mais a oriente, não teria raciocinado talvez dessa maneira, típica do esquematismo russo-europeu.

O regime chinês reprimiu, derrubou seu primeiro-ministro, enfrentou vagas de críticas e sanções ocidentais e prosseguiu em sua rota de crescimento. Cientistas políticos e observadores econômicos ocidentais ensaiam até hoje explicar a sobrevivência do sistema. Em artigo de Christopher Lingle e Kurt Wickman, os autores duvidam que a China possa ter crescido em torno ou bem mais que 120% nos últimos 15 anos, conforme divulgado pelo FMI e Banco Mundial. Tudo não passaria, segundo ambos, de um grande equívoco e tomam o caso da ex-URSS como exemplo (... *as late as the mid-1980s, percapita income in the Soviet Union was said to near that of Spain. We know now that this was far from accurate*) e concluem que as forças centrífugas em país economicamente tão disparatado (...) *could lead to the breakup of the Chinese State*. Não obstante se devam reconhecer muitas fragilidades chinesas, o que é admitido por suas próprias autoridades econômicas, é difícil aceitar a tese dos autores, de vez que é o próprio Estado chinês, como o PCC e o EPL o demonstram, que se empenhou em liberar-se progressivamente do centralismo, e não só nas regiões costeiras.

Sendo uma entidade cultural multissecular, o mundo chinês, antes de manifestar-se como dado político (país reunificado), está atingindo o estágio de realidade econômica. As três posições não se encaixam ainda: a "China política" refere-se ao conjunto mãe-pátria, Hong Kong, Macau e Formosa, a "China cultural" (ou civilização chinesa) corresponde a uma vasta área geográfica que se estende das margens do Pacífico ao coração eurasiático e às regiões subtropicais, enquanto a "China econômica", em processo de formação, tende a aproximar-se da anterior. Dos confins das Sibérias ao Sudeste Asiático e Ásia Central, os chineses estão surgindo como financiadores, parceiros comerciais e receptores de

investimentos. A interpenetração das economias da China e de Hong Kong, os capitais provenientes da ilha-província, a atuação da diáspora unem-se a fatores novos: reabertura das antigas rotas comerciais na Ásia Central, premissas de integração regional, e aparição de "triângulos" macroeconômicos e setoriais na Ásia Oriental. Parece-me essa a visão conceitual de um mundo chinês.

A XI Reunião Plenária do PCC em '78 e a visita de Teng, sobraçado por uma das filhas, ao Sul do país, em começos de '92, marcam até agora as duas pedras-miliares do desenvolvimento econômico chinês. De '79 a '92 o comércio exterior avançou de 5.8 a 38.1% do PIB: as cifras por si só revelam que o líder chinês quebrou a estrutura monolítica da economia, que hoje dispõe de um comércio exterior muito mais diversificado e não-excludente de nenhuma área geográfica. Se os EUA e a UE representam 21% dos intercâmbios chineses, é sobretudo a Ásia que se beneficiou com o novo curso: em '92 a China realizou com ela 66.5% de suas trocas (eram 43.3% em '88), das quais cerca de 36% com o conjunto Hong Kong-Macau-Formosa, 15% com o Japão e 9% com a ANSEA. Se aduzidas às zonas periféricas da Ásia Central, a Rússia - só em parte européia e tida por Pequim como parceira essencialmente asiática - e a Oceania, chega-se à taxa de 72%. Dentre os primeiros quinze fornecedores de bens e serviços à China, oito são da Ásia-Pacífico (Hong Kong nº 1, Japão nº 2, Formosa nº4, Coréia do Sul nº 7, Austrália nº 10, Indonésia nº 12, Cingapura nº 13 e Malásia nº 15). Oito dos quinze primeiros mercados da China situam-se na mesma área (Hong Kong nº 1, Japão nº 3, Coréia do Sul nº 5, Rússia nº 6, Cingapura nº 7, Tailândia nº 11, Formosa nº 13 e Paquistão nº 15).

Até agora são em essência o Japão, Hong Kong, Formosa e Coréia do Sul que mais alimentam o mercado chinês de manufaturados. À parte o caso de Cingapura, a China recebe apenas 3% das exportações da ANSEA, mas existe um forte potencial de crescimento do intercâmbio das duas, decididamente incentivado por Pequim. Não obstante a política de desaquecimento traçada pela equipe de Tchu Iung-tchi, a China continuará seu desempenho, em futuro próximo, de catalisador do comércio intra-asiático. O mesmo se pode afirmar a respeito dos fluxos financeiros, investimentos e créditos dirigidos à China. Em '92 o investimento estrangeiro na China atingiu à cifra de US\$ 9,8 bilhões, perfazendo um total acumulado de US\$ 100 bilhões em início de '93 (calculam-se US\$ 159 bilhões neste início de 95). Se bem que haja diversificação progressiva de fontes, 83% são de origem asiática, 55% provenientes de Hong Kong e Macau, 14% do Japão, 12% de Formosa, 2% dos países restantes. No setor da ajuda creditícia, o Japão entra com

US\$ 11,1 bilhões (compromissos acumulados do período '79 - '94), de longe o maior fornecedor da China.

A *kaige kaifang* (política de abertura ao exterior) é acima de tudo para a China uma realidade asiática - cabe ressaltar. Trata-se de um dado que se deve ter nas mãos e mentes para compreender-se o posicionamento da China em matérias econômicas e políticas. O corolário dessa compreensão, de parte das diplomacias e relações econômicas, comerciais e outras, é a atuação de políticas e contatos globalizantes com a área. A postulação é a de otimizar as relações com a China, conforme procedem nações ricas como a Alemanha ou tentam com sucesso limitado países importadores da América Latina (México, Peru, Chile, Argentina). Há que também levar-se em conta que se processa uma interpenetração crescente das "quatro Chinas" e o papel piloto da diáspora, bases da integração econômica do mundo chinês. O conceito de "Grande China", que agruparia num mesmo mercado comum Hong Kong, Macau, Formosa e China do Sudeste, não passa ainda de uma tese, que se enriquece já com os primeiros passos rumo a algo do gênero. A questão de Hong Kong e as perspectivas de reintegração do enclave à mãe pátria em '97, além dos contatos oficiais que se multiplicam entre Pequim e Taipé, provam que os governos envolvidos não são tão hostis a esse tipo de projeto.

A criação de uma zona franca na desembocadura do rio Min, em Fuzhou (Fuzhou), ainda em projeto, constituiria uma etapa decisiva nessa via, sobretudo quando Formosa aderir à OMC, como território aduaneiro "China-Taipé". Os investidores formosinos estão já de posse de programas de rotas comerciais inter-estreito. Agora mesmo, 100 deles, selecionados pela equipe econômica do KMT, preparam-se para visitar a ilha de Hainan, "paraíso subtropical" da China, concentrando suas atenções em Haikou e Sanya, ambas formando uma das 12 zonas de lazer e turismo do país. Como afirmou o chefe da administração do regime do Kuomintang, Lee Teng-Hul, "... a idéia de formar uma área de cooperação econômica entre o continente, Taiwan, Hong Kong e Macau justifica-se ao mesmo tempo por razões geográficas, culturais e econômicas". Se a China reluta em exprimir tão claramente esse conceito, não deixa de compartilhá-lo em termos filosóficos e práticos. Quando Pequim decidiu autorizar a entrada em seus portos de carregamentos formosinos de valor inferior a modestos US\$ 200 mil, legalizaram-se operações comerciais diretas entre as duas margens do estreito de Formosa.

Conquanto ainda inexistente um verdadeiro mercado comum a coroar a interdependência crescente das "quatro Chinas", a integração prossegue com maior ou menor grau de informalismo. Os investimentos acumulados de Hong Kong, que mantém

mais de 25 mil empresas no outro lado da fronteira, chegam à proximidade dos US\$ 30 bilhões e empregam mais de 3 milhões de trabalhadores no continente. A província de Kuantong (Guangdong) e as ZEE's de Xentchen, Tchuhai e Xantou (Shantou) acolhem cerca de 2/3 do total. A subregião de Xiamen, em Futchien (Fujian), e a ilha de Hainan estão bem colocadas a seguir. Se bem que a proximidade geográfica sirva de critério para a seleção de zonas de investimentos, registra-se faz três anos diversificação das aplicações de Hong Kong, que participa do financiamento de projetos em outras partes do território chinês, inclusive nas províncias mais recuadas do Noroeste. No início industriais, em função dos problemas de espaço e mão de obra limitados no enclave, seus investimentos atuais orientam-se crescentemente em direção às infra-estruturas (não só em Kuantong, na bacia do Yangtse também) e à distribuição (Cantão, Pequim e Xangai). O setor de serviços, que espera maiores aberturas e oferece perspectivas de rentabilidade muito elevadas, será o próximo alvo dos investidores de Hong Kong no continente.

Formosa, embora mais afastada política e geograficamente, executa uma estratégia de aproximação econômica estimulada pelas autoridades de Pequim. A cadeia de inversões formosinas no continente é fenômeno relativamente recente, coisa dos últimos cinco anos. Seu cálculo é dificultado justo pelos negócios "por debaixo do pano", já que o KMT e o PCC têm faces a salvar, porém há acordo de opiniões que os situam em US\$ 20 bilhões ou mais. O Departamento de Comércio em Washington avalia a existência de mais de 3000 empresas formosinas implicadas na China, na maior parte das vezes indiretamente, via-Hong Kong. Em '92 estimava-se que 4% das corporações e companhias formosinas haviam investido no continente e 7% previam fazê-lo. A maioria dos empates concentra-se na ZEE de Xiamen, situada 200 km frente à ilha. A província de Futchien é a preferida, por razões comunitárias de língua e cultura. Contrariamente aos investimentos de Hong Kong, os formosinos são de porte modesto (US\$ 20 milhões em média), o que lhes assegura extensão e capilaridade.

A formação de uma rede de influência econômica chinesa na Ásia constitui a terceira coluna de integração do mundo chinês. É muito difícil apreciar com exatidão o impacto da diáspora, que reunira uns 50 milhões de indivíduos. É fundamentalmente no Sudeste asiático e nos países da ANSEA, que sua influência é mais forte.

Assim, a China de hoje é uma área econômica, de peso planetário, composta de uma mãe-pátria, uma ilha-província e dois enclaves, um colonial britânico e outro sob administração portuguesa. A República Popular, Formosa, Hong Kong e Macau formam um laboratório de vasos-comunicantes avaliado em US\$ 3,3 trilhões, na escola de paridade

de compra, ou US\$ 903,1 bilhões na dos PNB's nominais, i.e., em termos monetários. Desde que, em 1993, o Banco Mundial passou a tratar das quatro partes do território continental e insular como AEC, e os dois outros organismos que com ele formam o tripé do sistema econômico universal – o FMI e a OMC – assim tendem a absorvê-lo, no mínimo, por questão de método, toda a Ásia sentiu-se estimulada a compor novo quadro de economias competitivas de mercado.

Evidente que persistem manchas de subdesenvolvimento no maior dos continentes, cuja superfície poderia conter mais um pouco que cinco Brasis e cerca da metade da população planetária. O Afeganistão, Camboja, Laos, Myanmar, além das repúblicas ex-soviéticas da Ásia Central, alguns países árabes, como Iêmen, além de porções na Jordânia, no Iraque, Iran e mais vastas ainda nas Sibérias, no Oriente Remoto russo e na Mongólia consubstanciam padrões sócio-econômicos desprovidos de autopropulsão. O curioso, entretanto, é que todas essas economias já estão conscientes dos desafios que têm de enfrentar. Não estão inebriadas pelo desenvolvimentismo, como estivemos há 40 anos, aliás nem existem condições para isso. São, de certo modo, independentemente de suas culturas e etnias, imbuídas de visão pragmática, querem a economia de mercado, o que não significa em absoluto a importação das mundividências políticas e sociais do Ocidente. Afinal, mercadejar não foi criação deste...

Tornando à AEC e dela extraíndo a RPC por um momento, já maior potência asiática, convém analisar-lhe a fenomenologia. Projeções do já citado Banco Mundial alinham-na como a maior economia do globo, dentro de um quarto de século, na dianteira dos EUA, do Japão, da Índia (sim, a quarta), Indonésia (sim, a quinta), da Alemanha, Coreia (mesmo se reunificada *ex-abrupto*), França, Formosa, do Brasil (undécima posição, a discutirmos), da Itália, Rússia, Grã-Bretanha (vejam bem) e do México (isso mesmo!). Eis o G-15 do futuro, se conflitos nucleares, bacteriológicos, químicos, difusão de terrorismos e catástrofes ecológicas e naturais não destruírem parcial ou totalmente a espécie humana. Por que a China continental em posição de liderança, se quase 3/4 do seu ecúmeno demográfico se encontram ainda nos campos, se 400 milhões deste total vivem em estágio de pobreza e mais de 80 milhões abaixo dessa linha?

Convém ainda perguntar por que, se, conseguindo preservar seu vigoroso crescimento anual, em torno de 8%, até o fim do século XX (no primeiro quinquênio desta década, somou 53,7%), 7,5%, entre 2001 e 2010, e 7% mais além - e seu crescimento populacional não superar a taxa de 1,3% e, na próxima década, 0,7% - só em 2040 atingiria ao rendimento/habitante de que hoje gozam os formosinos? É que seu peso global, sempre

mantidos os parâmetros, seria de US\$ 13 trilhões, vale dizer, mais que os PIB's combinados dos EUA e da UE em 1990. Se a análise tomar o viés da p.p.c. (paridade do poder de compra), dentro de 10 anos, a China continental, amparada por duas espécies de "zonas francas", a transnacional RAEHK (Região Administrativa Especial de Hong Kong) e a multinacional RAEM (Região Administrativa Especial de Macau), e interligada a Formosa, deverá deter o leme da economia da Ásia com o resto do mundo, superando o Japão.

Quando Teng Hsiao-Ping, vice-primeiro ministro, declarou para o mundo, em 1974, perante os delegados à XXIX Assembléia Geral das Nações Unidas, que "autopropulsão" não significa "auto-exclusão" e rejeição ao capital estrangeiro, estava sendo declarada uma revolução de alcance maior que todas as tentativas anteriores de promoção de uma nova China. Com Tchou En-lai na chefia do governo, ambos lograram impor-se ao Bando dos Quatro (Tchang-Tchiang-Wang-Yao), por meio das Quatro Modernizações (da indústria, defesa, ciência e tecnologia). Dois anos e meio após a morte de Tchou, Teng toma firme o poder nas mãos e lança a política de abertura e reformas econômicas, em 1978. Parece-me que o dado essencial da China, milenarmente cultivado bem antes de Hegel, se esteia na dialética do Yang-Yin, ou seja, num mecanismo de iniciativa-recebimento, em que as desvantagens, como a sua demografia multitudinária, casam-se harmonicamente com as pulsões construtivas, a ponto de as primeiras, como por encanto, tornarem-se vantagens. Há 1.227 bilhões de seres humanos na AEC e cerca de 50 milhões no ultramar. Aí está, por isso, potencialmente o mais forte dos blocos destes tempos, e também o mais dinâmico.

Para ficarmos ainda na mãe-pátria, e em seguida compará-los, vejamos outros números. No ano passado, a China continental cresceu 11,8%, suas reservas cambiais chegaram aos US\$ 51,6 bilhões (um salto de 140% em comparação a 1993), o comércio exterior cresceu 20,9% (US\$ 236,7 bilhões) e os investimentos estrangeiros diretos montaram a US\$ 32 bilhões, só perdendo para os EUA. Dentre as 500 maiores corporações do mundo, 100 têm inversões no continente, e 57% de 1.000 consultadas manifestaram preferências pela China, em termos de inversões. É ainda recente a afirmação de William Rhodes segundo a qual, para alcançar o nível dos EUA de hoje, a China carecerá de US\$ 55 trilhões, nos próximos trinta anos, soma que se imbrica mais nos cálculos astronômicos que na economia geométrica. Acontece, no entanto, que o modelo chinês é cosido com fios de Ariadne, suas metas não podem permitir-se ao curso vegetativo da horizontalização. Daí

a estreita relação entre céu e terra, ínsita na mente de seus homens e mulheres, como entidades interagentes.

A base das "quatro Chinas" está na chinesidade e na crescente dependência econômica da ilha e da mãe-pátria, esta como segundo maior mercado importador da primeira e sua fonte decisiva de saldo na balança comercial. O continente importou-lhe US\$ 13 bilhões de mercadorias e deu-lhe um saldo acumulado de quase US\$ 20 bilhões em '94, decisivo para a cobertura de possível déficit global, com US\$ 8 bilhões para maior. Com Hong Kong - janela-porta do mercado interchinês - o saldo foi também elevado, mais de US\$ 18 bilhões, incluindo as reexportações da/para China.

O que há, de fato, entre as "Chinas" é uma interdependência em curso de integração. Suas economias constroem vasos comunicantes, enquanto uma não quer ser a cópia carbono da outra. Desde que o Banco Mundial passou a tratá-la de AEC, em sua pesquisa, já clássica, sobre o "milagre asiático", as visões da reunificação enriqueceram-se. O conjunto corporifica um dos maiores volumes de comércio exterior (US\$ 791 bilhões em '94), o que lhe faculta articulação própria e vetorização mundial. Durante os próximos seis anos, suas importações e exportações somarão cifra superior a US\$ 4 trilhões. É uma região cuja diplomacia trabalha sobre o sucesso econômico e o poder militar. São mais de 110 mil os estudantes da AEC nos EUA, 44.381 da China (1º lugar), 37.591 de Formosa, 28.027 de Hong Kong, 1.670 de Macau, do total de 450 mil estudantes estrangeiros. Aliás, o único país não-asiático, dentre os dez primeiros, é o Canadá (22 mil estudantes). Procuram esses asiáticos cursos de comércio e gerência ou administração de empresas (19,4%), engenharia (16,9%), física (9%), matemática e computerização (8,4%), ciência humanas e sociais (7,6%), arte (5,1%).

A China também se move, sob o ponto de vista político, devagar no continente, mais rápido além do estreito, enquanto seus intercâmbios comerciais alcançam velocidade única. Escorada por taxas de poupança significativas (35.5% do PIB na RPC, 30 em Hong Kong, 28.2 em Formosa e 28 em Macau, e impelida por exportações de mercadorias que ultrapassam US\$ 360 bilhões (4ª posição no mundo, após EUA, Japão e Alemanha), a AEC desempenha papel que já afeta todas as economias e todos os blocos regionais. Numa conjuntura de homogeneização de pensamento, em que os "fanáticos da utopia" (cf. Zbigniew Brzezinski) se tornaram consumidores insaciáveis, os negócios entre as economias e os blocos desconhecem fronteiras e desafiam governos. A AEC apresenta-se, nesse quadro, com sua versão própria, unida pela cosmovisão sínica, de modo que as relações entre seus governos tendem a transformar-se, dando azo a novo processo político.

Somadas as parcerias comerciais do Brasil com a subregião chinesa e considerado o redimensionamento de nossa política externa na Ásia Oriental, acredito conveniente esboçar algumas linhas a respeito, a título de mera achega, iniciando-o com rápido apanhado histórico.

Faz 116 anos, o Brasil realizava seu primeiro contato diplomático junto a enviados do Celeste Império da Nação do Meio, despachando missão a Tientsin (Tianjin), a cargo de um diplomata de escol (Eduardo Callado) e um oficial de marinha, herói da guerra do Paraguai (Arthur Silveira da Mota, depois Barão de Jaceguaí). Em Cantão, entre 1843 e 1849, e Macau, de 1850 a 1895, o Brasil manteve cônsules honorários, cujas atividades tiveram sua importância pioneira, já que se ocuparam sem grande sucesso, do tráfico de cules. O fato é que, em decorrência do extrênuo trabalho de Callado, assinou o Brasil com a China um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação, em 1881, portanto 14 anos antes de ajuste semelhante firmado com o Japão, cujo centenário estamos a comemorar.

Em seguida, a Corte do Rio de Janeiro designava dois empregados de quadro dos Negócios Estrangeiros: João Antônio Rodrigues Martins, nomeado "cônsul-geral na China", e Manuel da Silva Pontes Júnior, vice-cônsul em Xangai. Enquanto isso, visitam o Brasil um enviado governamental e grupo de empresários chineses. Mas os empregados brasileiros só desembarcaram em Xangai em começo de 1884, onde instalam chancelaria e residência na concessão norte-americana. Em 1886, o cônsul-geral é removido e, pouco depois, também o vice-cônsul. Os arquivos são entregues ao cônsul honorário em Hong Kong, o português Agostinho Romano Santana, que havia tomado posse na colônia britânica, em 1880. É que o Brasil falhara em seu objetivo, bem pouco ético, de importar cules para a lavoura, em parte já abandonada pelas alforrias parciais de escravos africanos, haja à vista que seu embarque tinha sido proibido pelos ingleses, portugueses e chineses, via-Hong Kong, Macau e outros portos.

Não primou assim pela edificância o início das relações Brasil-China, inspirada na defesa dos interesses agrários de uma classe que vivia da exploração de mão-de-obra escrava. Os cules eram transportados em condições desumanas, muitos morrendo a bordo, reeditando a triste saga dos tumbeiros. Tal fora denunciado, aliás, em 1866, em ofício endereçado aos Negócios Estrangeiros pelo cônsul em Macau, o Barão de Cercal, sem qualquer reação. Também o período entre 1917, quando chegou nosso primeiro ministro residente na capital chinesa (Alfredo de Almeida Brandão), e 1950, quando nosso embaixador (Gastão Paranhos do Rio-Branco) partiu para Xangai (já abandonara Nanquim) para Tóquio, sob a cobertura do Comando Supremo Aliado, não revela relações

significativas. O mesmo pode afirmar-se sobre o período '52-'74, quando mantivemos missão diplomática em Taipé, pouco estimulada a lidar com substâncias e já enfrentando problemas consulares... Se, como dizem os chineses, a história é o espelho das condições de um povo, o pequeno levantamento, que ora me permito alinhar, objetiva recordar percalços, atos de grandeza e por que não? - situações constrangedoras.

Numa conjuntura de redimensionamento da Ásia na diplomacia brasileira, condená-las ao esquecimento equivaleria a desalicerçar a construção em ato do amadurecimento de uma relação bilateral que certamente poderá assumir significado planetário. Os EUA, não é de hoje, intuíram o protagonismo chinês e colocaram-no em seu quadro estratégico. Apesar de seu déficit comercial com a China ser a metade do que mantém com o Japão, o eixo diplomático Washington-Pequim é o prioritário, neste fim de milênio. Da *gunboat diplomacy* à das tensas negociações de hoje não mais se admitem paternalismos, vale dizer, e cito Ron Brown: (...) *US relations with China will be dramatically increased (...) 5000 years into China's history, we are only 15 years into our relations with modern China* (...). Os enigmas parecem encontrar-se mais nas relações modernas que nos cinco milênios passados. Nessas condições, se o cerne da mecânica de poder na China esteia-se em pulsões secretas, tal não significa necessariamente que sua política externa seja uma caixa de surpresas. Ela defende, é lógico, aquele núcleo, porém sua diplomacia está não só disponível à negociação, como procura manter certa coerência. Como afirmou Tchu Tung-Tchi (Zhu Rongji) em Davosplatz, "(...) A abertura para o mundo exterior é (...) uma política do Estado que nunca mudará porque a China precisa conhecer o mundo e, este, a China".

Até '74, o período mais criativo, e conducente a uma retomada de contatos com a potência asiática, não foi, muito pelo contrário, o da visita pioneira do presidente do PTB, João Goulart. Dela saído para assumir a presidência da República, seu governo de 30 meses pouco ou quase nada fez para aprimorar as conversações lá mantidas, a partir do acordo interbancário assinado em Pequim. A direita e a esquerda (esta pró-moscovita em sua base) construíram sólida barreira contra um gesto que denotaria visão política e sabedoria diplomática: o reconhecimento. O tópico-China ficou lamentavelmente encerrado em chave ideológica, fator decisivamente detrimental ao relacionamento diplomático. Criativas foram as gestões dos cônsules-gerais Miguel Ozório de Almeida e Geraldo Holanda Cavalcanti ('67 - '73), à frente da Repartição em Hong Kong, de vez que antepunham o interesse nacional ao "perigo amarelo" e à "linha chinesa". O segundo, em '72, integrou a missão comercial Giulite Coutinho, a primeira que visitou a China, ainda às

voltas com os efeitos da Revolução Cultural. Dois anos depois, caberia a um general-presidente, Ernesto Geisel, marcadamente anticomunista, mas embebido de pragmatismo, dar o passo do reconhecimento. O Brasil era o 102º a fazê-lo, de uma comunidade mundial de, então, 132 países.

Em '78 apenas, o governo passou a estimular concretamente intercâmbio comercial, ao despachar o ministro Paulo de Tarso Flecha de Lima, em missão negociatória e prospectiva. A ele se deve o esforço brasileiro para o primeiro ajuste pós-reatamento, marco das relações com aquele país, assim como, 10 anos depois, o da abertura do *Brazil Trade Center* em Taipé, medida que se impunha há algum tempo. Não se preencheram, pela via-informal, o vácuo de presença brasileira deixado pelo fechamento abrupto da missão diplomática na ilha. Afinal, desde 81, já vigoravam em Pequim as "9 propostas" do Marechal Yeh, "liberando" a ilha ao intercâmbio comercial e cultural com países que reconheceram a República Popular. E, Formosa, cabe o registro, já saltava como "tigre asiático".

O que se deve ter em mente, na base da execução de uma política para a área, é que o redimensionamento diplomático em toda a Ásia Oriental está na dependência de um bom relacionamento com a AEC. Trata-se de princípio tautológico. Os países da região, e cito Cingapura, Malásia, Japão, Tailândia, Indonésia, Coréia do Sul, Vietnã, não se intrometem na questão nacional da China. Os fluxos de cooperação, inclusive militar, e comércio com Formosa são sólidos, bem organizados e crescentes. A ilha é uma das protagonistas de peso na emergência regional, embora sua gravidade política seja quase nula. Um homem como Lee Kuan Yew, patriarca cingapuriano da asianidade, tem livre acesso ao 'core' dos estamentos em Pequim e Taipé, dá-lhes conselhos e presta-se a intermediações entre ambas, mas nem sua etnia 'han' lhe permite opinar sobre a questão chinesa. As cabeças políticas, na ilha e no continente, herdaram a noção milenar de poder secreto.

Tal não significa que Formosa será mais importante que a China, absurdo que já ouvi, motivado talvez pelo fato espetacular de a ilha de 21 milhões de habitantes contar com quase US\$ 260 bilhões de PNB, enquanto só agora os 1.2 bilhões da mãe-pátria estejam ultrapassando US\$ 520 bilhões ou Hong Kong, ainda mais espetacular, com apenas 6,2 milhões, já supere os US\$ 117 bilhões e, em Macau, a proporção seja de 400 mil/US\$ 6,1 bilhões. Economicamente, é lógico, todas essas cifras são para somar, pelas razões que venho expondo.

Tal foi possível em razão de fato concreto: Hong Kong, há várias décadas *vantage point* para observação da China, saltou, na primeira metade dos anos - '80 também para a condição de *Ásia watcher*. Integrante fundamental de sua área econômica, a colônia evoluiu, impelida pela sua conjuntura peculiar, rumo à situação de centro transnacional de serviços comerciais e financeiros, os quais lhe ocupam quase 80% das atividades. Placa giratória da AEC, filtra vantagens comparativas desse quase-bloco. Resulta daí sua importância focal de processamento de dados e de informação, como em nenhum outro quadrante asiático, servido por infra-estruturas de sofisticada tecnologia. Ao examinar projeções pessimistas sobre o crescimento do enclave, levadas a cabo por conhecidas empresas de consultoria (Barclay's e Zoete Wedd, The Economist Intelligence Unit e Regent), o secretário de Finanças de Hong Kong comentou: *The Chinese economy, growing at eight per cent annually, should he reason enough to feel positive about the future*. Afinal, as economias do continente e do enclave se entrelaçam naturalmente, uma é a maior investidora na outra. A RPC tem US\$ 25 bilhões em Hong Kong e suas empresas instaladas na colônia dedicam-se a comércio exterior (22%); bancos (10% em ativos e 24% em depósitos); seguros (20% em termos de prêmios); transportes (25%); e, construção civil (12%). E convém sublinhar que, em fevereiro passado, Hong Kong acumulava um total de US\$ 255,9 bilhões em depósitos bancários, quantitativo bem superior ao seu PNB e PIB, e processava a média de US\$ 63 bilhões/dia em seu mercado de câmbio, ouro excluído. A seu turno, Hong Kong mantém 170 mil empresas e *joint ventures* no continente, de um total de 167.500 com participação estrangeira, e lá se responsabiliza por 67% dos investimentos forâneos.

Em suma, o "Quarteto Chinês" atua solidamente no fulcro das novas malhas comerciais do mundo, onde se coloca em terceiro lugar, atrás apenas dos EUA e da Alemanha. Sua área geopolítica, a Ásia Oriental, importa mais de US\$ 900 bilhões por ano, acima de qualquer potência ocidental. Dentre os três maiores orçamentos militares, o da China e do Japão avultam em proporção, condenando os dois países a cooperarem entre si. A reengenharia das relações internacionais não tem como prescindir dessa realidade, nestes tempos de tecnologia global, dominado por máquinas inteligentes. Recursos naturais em abundância e mão-de-obra barata não mais decidem a prosperidade dos países, senão a Rússia seria o mais rico de todos, há muito e por muitos anos. Afinal, ricos são os que dispõem de governos cujas políticas fomentam a criatividade essencial do homem, obrigado a trabalhar com outros para produzir bens e serviços que as pessoas *escolham* comprar.

Um dos tópicos dessas políticas refere-se à intensificação dos intercâmbios e da cooperação, em todas as esferas, do resto do mundo com os três pontos cardiais da Ásia: China, Índia e Japão. É o que devemos esperar do nosso País, cuja tipologia e potencialidade levam-nos a pensá-lo como parte de um "outro Ocidente", disponível a servir de ponte ecumênica, agora e no milênio vindouro. Conhecer a China e o seu contexto é tarefa urgente, em nome dos interesses vitais de todos os povos, logo também o do Brasil.

Reuni estas considerações factuais com apenas intenções de convite a refletirmos sobre o mundo chinês. Saído há pouco do agrarismo, suas estruturas estão conseguindo adaptar-se aos impactos da Era da Automação, daquelas *smart machines* de transferência instantânea de tecnologias de um país para outro. O desenvolvimento, que tomava décadas para afirmar-se, pode ser agora logrado em uma ou menos. Em toda a Ásia do Pacífico, exportam-se bens produzidos em virtude da importação de bens de capital e tecnologias. Essa auto-estrada de duas vias é a vantagem comparativa maior da região.

É por isso que os países industrializados de hoje, à exceção de alguns, poderão não mais sê-lo amanhã. Dentro de mais um quarto de século, como disse antes, de acordo com as projeções do Banco Mundial, China e Formosa, somadas as riquezas e os desempenhos, retirarão o Brasil do undécimo lugar. A AEC indica o que nos é prioritário, seguido pelas treze economias restantes. É como entendo o conceito de *parceria estratégica*.

Nos últimos 80 e poucos anos, as diplomacias tiveram a sua parte na matança de cerca de 200 milhões de pessoas, a maioria constituída de vítimas inocentes. Falharam em evitar conflitos destruidores, em nome de interesses nacionais. Não acredito que a prosperidade sócio-econômica estanque, de repente, as aberrações políticas de regimes que refogem ao ideário ocidental que desembocou na Revolução Americana e na Revolução Francesa. O que tomo por certo e definitivo é que o Ocidente não é mais o centro do mundo e tem, por isso, de conhecer mais o Oriente, para com ele conviver e dele usufruir muitas lições. Nestes tempos, as democracias vivem mais sob ameaças internas que externas. As perplexidades político-partidárias, face à globalização em curso, abrem espaços à corrupção, degenerando no que chamo de *neo-política*, i.e., na projeção individualista do democratismo e do economismo.

Uma diplomacia enraizada na história de uma nação está obrigada a atuar de maneira por assim dizer permanente, o que não implica em paralisia, muito pelo contrário. Sua continuidade é a maior segurança para torná-la instrumento das *aspirações nacionais*, nos termos preconizados por um José Honório Rodrigues. A divisão do mundo em blocos

pode inspirar um quadro orwelliano de receios e incertezas, mas foi o próprio Orwell que nos assegurou que o passado, presente e futuro são segmentos imprescindíveis e componíveis. Walter Benjamin, aliás, adiantou-se ao escritor britânico, ao lançar a função das ruínas e amarguras do passado como pilares da frágil construção que nos permite sonhar com o futuro. É a ponte do presente que devemos erguer, sem o que não passaremos de zombis da história.